



**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE PLANOS,  
ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**PROJETO DE LEI**  
**ORÇAMENTÁRIA PARA 2011**

(Projeto de Lei n.º 59/2010-CN)

**ÁREA TEMÁTICA VII**

**JUSTIÇA E DEFESA**

**RELATÓRIO APRESENTADO**

Deputado WALDEMIR MOKA (PMDB/MS)  
Presidente da CMO

Senador GILVAM BORGES (PMDB/AP)  
Relator Setorial

03/12/2010



**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2011**  
(PL 59, de 2010-CN)

**ÁREA TEMÁTICA VII**

**JUSTIÇA E DEFESA**

**- RELATÓRIO -**

**DEZEMBRO DE 2010**



**PARECER Nº           , DE 2010-CN**

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Projeto de Lei nº 59, de 2010 – CN, que *“Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2011”*.

**RELATOR: Senador GILVAM BORGES**

**1 RELATÓRIO**

**1.1 INTRODUÇÃO**

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do disposto no art. 84, XXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 35, § 2º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, mediante a Mensagem nº 121, de 2010 - CN (nº 531, de 2010, na origem), submeteu à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 59, de 2010 - CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2011.

Por designação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), coube a esta Relatoria a missão de apreciar a proposta orçamentária da **Área Temática VII - Justiça e Defesa**, que abrange os Órgãos 30000 - Ministério da Justiça e 52000 - Ministério da Defesa, conforme consta do Anexo II do Parecer Preliminar aprovado pela CMO, e propor relatório setorial incorporando as emendas à despesa apresentadas às programações dos referidos Órgãos.

Neste relatório, examinamos a execução orçamentária recente, conforme disposto no art. 70, I, b, da Resolução nº 1, de 2006 – CN e no item 35.1.2 da Parte B – Especial do Parecer Preliminar da CMO. Ademais, fizemos constar outros aspectos obrigatórios definidos pelos normativos vigentes, a exemplo dos créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2010, e formulamos algumas recomendações à Relatoria Geral, visando à continuidade do processo orçamentário para o exercício financeiro de 2011.

**1.2 ANÁLISE DA PROPOSTA SETORIAL E DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA RECENTE**

**1.2.1 Informações Gerais**

A Proposta Orçamentária para 2011 consigna dotação total de R\$ 73.456,4 milhões para os Órgãos da Área Temática VII. Desse total, cabem ao Ministério da Justiça R\$ 11.017,1 milhões e ao Ministério da Defesa R\$ 62.439,3 milhões. Verifica-se um acréscimo nominal de cerca de 6,2% em relação à Proposta para 2010, que atingiu R\$ 69.190,8 milhões.

No âmbito do Ministério da Justiça, a dotação distribui-se entre as Esferas Fiscal e da Seguridade Social, não havendo programação no âmbito do Orçamento de



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Investimento das Empresas Estatais. Já na Defesa, o PLOA 2011 conta com R\$ 2.208,4 milhões para a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO e R\$ 0,6 milhão para a Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON. Deduzindo-se esses valores da dotação total do Ministério da Defesa, alcança-se o montante de R\$ 71.247,5 milhões para as Esferas Fiscal e da Seguridade Social no PLOA 2011.

É importante mostrar a representatividade das dotações dos Órgãos da Área Temática frente ao Produto Interno Bruto do País e à Receita Corrente Líquida – RCL, considerados os valores dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. A Tabela 1 abaixo apresenta esses dados a partir de 2008:

TABELA 1- EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES DOS ÓRGÃOS FRENTE AO PIB E À RCL

Órgão	Empenhado 2008		Empenhado 2009		Autorizado 2010		PL 2011	
	PIB	RCL	PIB	RCL	PIB	RCL	PIB	RCL
Min. Justiça	0,28	1,94	0,28	2,02	0,30	2,06	0,28	2,02
Min. Defesa	1,49	10,46	1,63	11,73	1,76	12,00	1,55	11,03

Fontes: IBGE, STN, Sistema Siga Brasil (dados atualizados até 18/09/2010) e PLOA 2011

Obs: PIB 2010 estimado pelo Decreto de Reprogramação nº 7.247/2010; RCL 2010 estimada pela STN

Relativamente ao Ministério da Justiça, a representatividade de sua dotação global permanece relativamente constante perante o PIB. Da mesma forma, mantém-se constante relativamente à RCL, a partir do crescimento havido de 2008 para 2009. Já no Ministério da Defesa, os dados projetam uma queda da dotação total em cotejo com o PIB e a RCL para o exercício de 2011 em relação a 2009 e 2010. Em relação ao exercício de 2008, a projeção de dispêndios da Defesa para 2011 revela-se superior.

Em seguida, são apresentados dados e comentários referentes ao cotejo das dotações da Proposta para 2011 com a execução recente de cada um dos Órgãos da Área Temática.

#### 1.2.2 Ministério da Justiça

A Tabela seguinte apresenta os dados das Unidades Orçamentárias do Ministério da Justiça para os últimos exercícios, comparando com a constante da Proposta Orçamentária:



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

TABELA 2 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Em R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011	% PL2011 / Autorizado 2010	% PL2011/ Empenhado 2009
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – ADM.DIRETA	1.578.602.341	1.849.155.827	2.216.618.767	2.606.733.785	17,6	65,1
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	2.218.701.080	2.220.413.748	2.484.842.394	2.419.841.290	-2,6	9,1
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	3.893.057.669	3.927.572.952	4.105.606.512	4.074.093.071	-0,8	4,7
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - DPU	143.616.664	131.757.917	186.686.667	183.668.860	-1,6	27,9
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI	388.716.081	417.250.443	453.297.267	428.658.092	-5,4	10,3
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA	9.935.528	11.852.876	11.938.313	13.584.346	13,8	36,7
FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS	6.272.324	33.376.258	33.376.258	35.135.019	5,3	460,2
FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL - FUNPEN	101.278.954	248.420.611	254.580.305	269.672.925	5,9	166,3
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	286.389.258	388.673.126	557.806.989	463.400.000	-16,9	61,8
FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	214.527.345	290.000.000	436.015.526	522.300.000	19,8	143,5
<b>TOTAL DO ÓRGÃO</b>	<b>8.841.097.244</b>	<b>9.518.473.758</b>	<b>10.740.768.998</b>	<b>11.017.087.388</b>	<b>2,6</b>	<b>24,6</b>

Fonte: Siga Brasil, dados atualizados até 10/11/2010.

Na comparação com a dotação autorizada para 2010, os maiores crescimentos para 2011 localizam-se nas Unidades Orçamentárias do Ministério da Justiça – Administração Direta, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e do Fundo Nacional de Segurança Pública. Interessante mencionar que todas as Unidades Orçamentárias revelam crescimento nominal de suas dotações se cotejadas com o valor empenhado no exercício de 2009.

Em seguida, é apresentada a evolução das dotações do Ministério da Justiça por Grupo de Natureza de Despesa - GND:

TABELA 3- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ 1,00

GND	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011	% PL2011/ Autorizado2010	% PL2011/ Empenhado 2009
1	5.965.571.479	5.930.015.248	6.346.305.008	6.166.858.140	-2,8	3,4
2	18.470.801	31.147.325	31.147.325	33.809.714	8,5	83,0
3	2.134.590.182	2.360.863.056	2.860.163.555	3.143.383.996	9,9	47,3
4	675.228.737	953.552.648	1.259.371.410	1.397.404.777	11,0	107,0
5	5.904.283	3.113.518	3.999.737	4.874.051	21,9	-17,4
6	41.331.761	60.874.837	60.874.837	58.208.432	-4,4	40,8
9	0	178.907.126	178.907.126	212.548.278	18,8	N/A
<b>Total</b>	<b>8.841.097.244</b>	<b>9.518.473.758</b>	<b>10.740.768.998</b>	<b>11.017.087.388</b>	<b>2,6</b>	<b>24,6</b>

Fonte: Siga Brasil, dados atualizados até 10/11/2010.

Obs: GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais; GND 2 – Juros e Encargos da Dívida; GND 3 – Outras Despesas Correntes; GND 4 – Investimentos; GND 5 – Inversões Financeiras; GND 6 – Amortização da Dívida; GND 9 – Reserva de Contingência.

No âmbito do Ministério da Justiça, registra-se que 55,9% da dotação total para 2011 é destinado ao pagamento de pessoal e encargos sociais (GND 1); 28,53% ao atendimento de despesas classificadas como GND 3 – Outras Despesas Correntes; e 12,68% ao GND 4 - Investimentos. É preciso considerar que a representatividade dos gastos com pessoal no Ministério já foi bem superior, tendo atingido 67,5% do valor empenhado em 2009.



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Comparando-se a execução de 2009 com o Projeto de Lei para 2011, verifica-se um incremento expressivo nas dotações para Outras Despesas Correntes (acréscimo nominal de 47,3%) e Investimentos (aumento nominal de 107,0%).

Consoante se visualiza a partir da próxima Tabela, o acréscimo para 2011 nas dotações para Investimentos e Outras Despesas Correntes explica-se pelo crescimento dos gastos dos Programas relacionados à área de Segurança Pública, a saber o *Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI* e o *Sistema Único de Segurança Pública - SUSP*. A Tabela apresenta a evolução histórica das dotações dos principais programas finalísticos do Ministério da Justiça, em ordem decrescente de dotações para 2011:

**TABELA 4 – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

Em R\$ 1,00

PROGRAMA	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA – PRONASCI	1.237.820.419	1.400.000.000	1.708.045.037	2.100.000.000
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	234.705.878	316.000.000	464.667.646	628.300.000
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	311.248.280	348.073.924	374.394.529	354.544.824
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	120.022.725	189.700.000	201.183.863	237.900.000
0662 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE (no âmbito do FUNAPOL - Polícia Federal)	166.366.533	160.895.000	318.895.000	225.500.000
0699 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	135.194.038	123.797.220	176.285.970	174.741.234
0661 - APRIMORAMENTO DA EXECUÇÃO PENAL	101.278.954	181.000.000	187.159.694	124.900.000
0663 - SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS	89.482.375	94.194.339	96.294.339	121.211.000
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	59.943.848	51.845.000	76.257.323	79.370.000
0697 - DEFESA DO CONSUMIDOR	8.939.250	13.462.000	17.962.000	14.300.000
0695 - DEFESA ECONÔMICA E DA CONCORRÊNCIA	11.039.826	13.433.363	13.482.800	12.722.270
<b>TOTAL</b>	<b>2.476.042.127</b>	<b>2.892.400.846</b>	<b>3.634.628.201</b>	<b>4.073.489.328</b>

Fonte: Sica Brasil. dados atualizados até 10/11/2010.

O PRONASCI responde por grande parte do acréscimo total da dotação para 2011. Em relação ao Projeto de Lei para 2010, o incremento alcança 50% nominais, evidenciando a priorização de suas ações pelo Governo Federal. Mais do que isso, na seleção adotada dos principais Programas finalísticos do Ministério, a dotação para o PRONASCI representa mais de 50% do total.

O PRONASCI foi arquitetado para desenvolver políticas específicas de prevenção, controle e repressão da criminalidade e para atuar em suas raízes sócio-culturais, inclusive com ações voltadas à proteção de vítimas.

Os focos desse Programa, conforme o art. 4º da Lei nº 11.530, de 2007, são:

I- etário: população juvenil de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos;

II - social: jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência;

III - territorial: regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentem altos índices de homicídios e de crimes violentos<sup>1</sup>; e

<sup>1</sup> Atualmente, o PRONASCI abrange 150 municípios, o Distrito Federal e 22 Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul,



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

IV - repressivo: combate ao crime organizado.

Dentre as principais Ações Orçamentárias do Programa, destacam-se:

i) *Concessão de Bolsa-Formação a Policiais Militares e Civis, Agentes Penitenciários, Guardas Municipais, Bombeiros e Peritos Criminais, de baixa renda, pertencentes aos Estados-Membros.*

ii) *Implantação de Postos de Polícia Comunitária, pertencente ao PAC.*

iii) *Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública.*

iv) *Modernização de Estabelecimentos Penais.*

v) *Valorização de profissionais e Operadores de Segurança Pública.*

O Programa *Sistema Único de Segurança Pública - SUSP*, que também tem recebido importantes aportes orçamentários nos últimos exercícios, alberga ações orçamentárias que, por vezes, se superpõem às do PRONASCI, como é o caso da Ação *Apoio ao Reaparelhamento das Instituições de Segurança Pública*. Vale ressaltar que a maior parte das dotações do SUSP encontra-se no âmbito do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP, instituído pela Lei nº 10.201, de 2001.

É importante destacar a ênfase conferida pelo Governo Federal, nos últimos anos, às políticas públicas relacionadas à Segurança Pública, em especial aquelas que envolvem o repasse de recursos orçamentários para os órgãos de segurança pública estaduais poderem exercer a contento seus objetivos, como são os casos do PRONASCI e do SUSP.

Por outro lado, chama atenção a queda, para 2011, na dotação para o Programa *Aprimoramento da Execução Penal*, não obstante os dados oficiais revelarem que o País conta com um alto e crescente déficit de 194.650 vagas em seu sistema prisional<sup>2</sup>. O Programa integra o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, gerido pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN – do Ministério da Justiça.

O Fundo Penitenciário conta com recursos vinculados legalmente, porém, para 2011, o Poder Executivo optou por destinar cerca de 53,6% das dotações do Fundo para a reserva de contingência. Para se ter uma idéia do aprofundamento dessa prática, no PLOA 2010, foram destinados apenas 26,1% do total de dotações para a reserva. Na prática, esses recursos são “esterilizados” já na elaboração orçamentária, contribuindo para a consecução da meta de resultado primário do Governo Central. Isso explica a queda na destinação para o *Programa Aprimoramento da Execução Penal*.

Nesse contexto, convém destacar a baixa execução orçamentária histórica das principais ações do Programa *Aprimoramento da Execução Penal*, a exemplo de *Aparelhamento e Reaparelhamento de Estabelecimentos Penais* e *Apoio a Construção e Ampliação de Estabelecimentos Penais Estaduais*. Essas duas Ações tiveram, no exercício de 2009, apenas 68,5% do conjunto de suas dotações autorizadas

---

Rondônia, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Além disso, está presente em 4 consórcios municipais: Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública e Cidadania de Londrina e Região – CISMEL, Consórcio Público do Médio Vale do Paraíba do Sul Fluminense, Consórcio Público da Associação dos Municípios do Litoral Norte – AMLINORTE e Consórcio Intermunicipal do Vale do Caí - CIS/CAÍ. Existe a previsão de extensão do Programa a todas as unidades federativas até 2012, ainda que de forma parcial.

<sup>2</sup> Segundo o Ministério da Justiça, em <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMID364AC56ADE924046B46C6B9CC447B586PTBRIE.htm>, acesso em 16/11/2010.



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

empenhadas, conquanto, conforme visto, o sistema prisional estadual detenha índices elevados de déficit de vagas. A baixa execução é resultante, principalmente, da ausência de formulação de projetos estaduais para ampliação dos estabelecimentos prisionais. Essa constatação ajuda a explicar os motivos pelos quais o Poder Executivo, paulatinamente, tem alocado mais recursos vinculados ao FUNPEN na reserva de contingência.

### 1.2.3 Ministério da Defesa

Inicialmente, apresentamos a evolução dos dispêndios das Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa, comparando a variação nominal do Projeto para 2011 com os valores autorizados para 2010 e empenhados em 2009:

TABELA 5 – MINISTÉRIO DA DEFESA - EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA  
Em R\$ 1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011	% PL2011 / Autorizado 2010	% PL2011 / Empenhado 2009
MINISTÉRIO DA DEFESA	904.720.856	1.279.836.872	2.332.336.994	1.197.784.925	-48,6	32,4
COMANDO DA AERONÁUTICA	12.135.773.978	13.732.409.826	14.124.042.867	13.580.798.704	-3,8	11,9
COMANDO DO EXÉRCITO	22.139.551.064	24.231.578.536	24.697.632.057	25.096.791.980	1,6	13,4
COMANDO DA MARINHA	12.612.609.300	14.685.002.747	16.710.249.050	15.699.899.478	-6,0	24,5
SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR	102.034.059	9.331.439	20.333.559	9.164.439	-54,9	-91,0
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC	292.881.512	354.041.366	419.000.495	410.691.742	-2,0	40,2
CAIXA DE FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO DA AERONÁUTICA	10.402.445	8.035.414	8.347.414	6.348.833	-23,9	-39,0
INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL	187.750.124	220.665.473	235.695.174	208.524.820	-11,5	11,1
FUNDAÇÃO OSÓRIO	9.678.661	11.114.781	11.437.398	11.186.855	-2,2	15,6
CAIXA DE CONSTRUÇÕES DE CASAS PARA O PESSOAL DA MARINHA - CCCPM		16.262.745	16.403.590	12.660.407	-22,8	
FUNDO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	1.603.549	2.452.538	2.452.538	2.114.506	-13,8	31,9
FUNDO DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	118.967.567	176.547.973	177.441.471	195.003.387	9,9	63,9
FUNDO DO SERVIÇO MILITAR	5.542.574	6.524.773	6.524.773	7.389.823	13,3	33,3
FUNDO AERONÁUTICO	1.545.738.728	2.085.465.275	2.168.249.037	2.219.882.685	2,4	43,6
FUNDO DO EXÉRCITO	784.798.137	813.083.091	813.083.091	999.182.587	22,9	27,3
FUNDO NAVAL	350.138.842	430.807.166	452.307.166	458.429.521	1,4	30,9
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO	80.870.731	115.472.338	115.572.338	114.522.994	-0,9	41,6
<b>TOTAL DO ÓRGÃO</b>	<b>51.283.062.127</b>	<b>58.178.632.353</b>	<b>62.311.109.012</b>	<b>60.230.377.686</b>	<b>-3,3</b>	<b>17,4</b>

Fonte: Siga Brasil, dados atualizados até 10/11/2010

Os maiores acréscimos percentuais em relação à dotação autorizada para 2010 são observados no Fundo do Exército e no Fundo do Serviço Militar. Verifica-se queda expressiva no Ministério da Defesa e na Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar.

Na Tabela 6, são apresentados os dados por Grupo de Natureza de Despesa do Ministério da Defesa:





# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

TABELA 6 – MINISTÉRIO DA DEFESA - EVOLUÇÃO DAS DOTAÇÕES POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ 1,00

GND	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011	% PL2011/ Autorizado 2010	% PL2011/ Empenhado 2009
1	39.559.359.760	42.678.836.135	43.631.006.135	44.317.435.358	1,6	12,0
2	330.620.368	958.053.806	953.064.091	882.493.196	-7,4	166,9
3	6.411.719.274	6.706.940.638	7.466.504.525	8.077.209.717	8,2	26,0
4	4.805.766.115	6.935.443.019	9.374.479.236	6.345.036.134	-32,3	32,0
5	4.044.192	285.759.480	267.466.035	6.219.332	-97,7	53,8
6	171.552.418	556.176.199	561.165.914	566.717.060	1,0	230,3
9	0	57.423.076	57.423.076	35.266.889	-38,6	N/A
<b>Total</b>	<b>51.283.062.127</b>	<b>58.178.632.353</b>	<b>62.311.109.012</b>	<b>60.230.377.686</b>	<b>-3,3</b>	<b>17,4</b>

Fonte: Siga Brasil, dados atualizados até 10/11/2010

Obs: GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais; GND 2 – Juros e Encargos da Dívida; GND 3 – Outras Despesas Correntes; GND 4 – Investimentos; GND 5 – Inversões Financeiras; GND 6 – Amortização da Dívida; GND 9 – Reserva de Contingência.

Verifica-se que 73,6% do montante das dotações consignadas ao Ministério da Defesa para 2011 é destinado ao atendimento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais. Esse percentual tem se reduzido, porquanto foi de 77,1% em 2009, considerando os valores empenhados. Destaca-se ainda que, incluído nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, observa-se um substancial volume de recursos aportados para pagamentos na Subfunção 272- *Previdência no Regime Estatutário*, que alcança R\$ 27.210,0 milhões, e na Subfunção 274- *Previdência Especial*, com R\$ 380,3 milhões, perfazendo 45,8% dos recursos totais alocados nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Ou seja, a maior parte dos dispêndios na área de Pessoal não está associada ao pagamento de pessoal ativo e sim à Previdência (reformas e pensões), refletindo encargos originados no passado.

Do total da Proposta para o Ministério da Defesa, 13,4% é destinado ao GND 3 – Outras Despesas Correntes e 10,5% ao GND 4 – Investimentos. A representatividade dos Investimentos na execução total do Ministério, em 2009, foi de 9,4%, ao passo que alcança 15,0% do autorizado para 2010. Com efeito, o valor autorizado para Investimentos para 2010 encontra-se bem acima da média histórica, com destaque para as dotações do Programa 0626 – *Reaparelhamento e Adequação da Marinha do Brasil*, que possui dotação autorizada de R\$ 4.256,2 milhões. Nesse Programa, três Ações concentram boa parte das dotações autorizadas para 2010:

- i) 123I – *Construção de Submarinos Convencionais*, com R\$ 2.372,1 milhões;
- ii) 123G – *Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares*, com R\$ 962,7 milhões; e
- iii) 123H – *Construção de Submarino de Propulsão Nuclear*, com R\$ 478,6 milhões.

Para o exercício de 2011, nota-se uma redução de 32,3% dos Investimentos do Ministério da Defesa em relação ao autorizado para 2010. Entretanto, o ritmo de execução orçamentária dos Investimentos neste exercício sugere que pode haver um volume expressivo de inscrição de recursos em restos a pagar, o que ajudaria a explicar a redução dos Investimentos para 2011. Até meados do mês de novembro de 2010, havia sido empenhado somente 57,4% do total de Investimentos autorizados para as Unidades Orçamentárias do Ministério da Defesa.



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Quanto ao grupo de despesas classificadas como Outras Despesas Correntes, os valores orçados para 2011 apresentam-se ligeiramente superiores aos autorizados para 2010, revelando um acréscimo nominal da ordem de 8%.

Na Tabela seguinte, apresentamos a evolução dos gastos dos principais programas finalísticos do Ministério da Defesa, em ordem decrescente de dotações do Projeto para 2011:

**TABELA 7 – MINISTÉRIO DA DEFESA – EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS FINALÍSTICOS**

Em R\$ 1,00

PROGRAMA	Empenhado 2009	PL 2010	Autorizado 2010	PL 2011
0626 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA MARINHA DO BRASIL	1.016.563.504	2.766.290.560	4.286.161.837	2.348.174.719
0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	829.100.272	999.215.819	999.215.819	1.097.361.607
0622 - PREPARO E EMPREGO DO PODER NAVAL	974.261.933	786.537.263	817.522.132	1.033.938.900
0621 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA AÉREA	898.291.804	912.032.461	942.772.741	1.013.679.775
0632 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA	1.374.180.388	1.318.506.001	1.365.606.001	913.890.103
0620 - PREPARO E EMPREGO DA FORÇA TERRESTRE	761.207.920	843.764.112	950.827.312	872.685.263
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	320.480.488	460.603.971	540.365.333	498.823.536
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	452.685.148	361.180.000	486.023.586	427.009.430
0630 - DESENVOLVIMENTO DA AVIAÇÃO CIVIL	265.647.348	329.645.513	384.974.642	375.085.554
0627 - TECNOLOGIA DE USO AEROESPACIAL	54.431.590	226.480.000	191.480.000	338.745.153
1383 - ASSISTÊNCIA E COOPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS À SOCIEDADE	79.397.609	283.500.000	284.500.000	304.270.000
8032 - PREPARO E EMPREGO COMBINADO DAS FORÇAS ARMADAS	147.258.499	177.898.977	719.954.115	277.898.977
0629 - TECNOLOGIA DE USO NAVAL	185.349.432	104.347.001	122.100.769	257.527.520
0639 - SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO AQUAVIÁRIA	140.919.918	142.588.433	142.688.433	123.839.280
0642 - TECNOLOGIA DE USO TERRESTRE	105.108.334	134.650.000	134.650.000	121.080.000
0643 - CALHA NORTE	182.209.286	68.000.000	376.777.792	68.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>7.787.093.475</b>	<b>9.915.240.111</b>	<b>12.745.620.512</b>	<b>10.072.009.817</b>

Fonte: Siga Brasil, dados atualizados até 10/11/2010

A análise da Tabela 7 permite as seguintes considerações:

→ Os programas de Reaparelhamento e Adequação da Marinha e da Aeronáutica possuem dotações inferiores para 2011 às do Projeto de Lei para 2010, ao passo que o Reaparelhamento e Adequação do Exército tem dotação para 2011 superior à do Projeto para 2010. De toda forma, em termos de valores absolutos, o Programa de Reaparelhamento da Força Naval exhibe valores bem superiores às demais, evidenciando a priorização conferida atualmente à construção de submarinos convencionais e de propulsão nuclear, conforme visto anteriormente. O Comando do Exército mantém-se como o mais baixo dispêndio para Reaparelhamento e Adequação, dentre as três Armas.

→ O Programa *Segurança de Vôo e Controle do Espaço Aéreo* tem recebido crescentes aportes de recursos nos últimos exercícios, tendência mantida para 2011, e representa o segundo Programa finalístico selecionado com mais recursos para o ano vindouro.

→ No que tange aos Programas de Desenvolvimento de Tecnologia, a Força Aérea e a Marinha exibem crescimento relativo importante nas dotações de seus programas para 2011, comparado aos anos anteriores. Já o Programa *Tecnologia de Uso Terrestre* possui, para 2011, dotação pouco superior ao empenhado em 2009, porém inferior ao autorizado e ao Projeto de Lei para 2010.

→ A exemplo do ocorrido no ano anterior, a Proposta Orçamentária reservou uma dotação restrita para as programações do Programa *Calha Norte*, que,



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

tradicionalmente, recebe um elevado aporte de recursos durante a tramitação orçamentária no Parlamento.

### 1.3 EMENDAS APRESENTADAS

No âmbito da Área Temática VII, foram apresentadas 524 emendas de apropriação (no valor total de R\$ 9.395,3 milhões) e 3 emendas de remanejamento (R\$ 187,0 milhões), totalizando R\$ 9.582,3 milhões. Por modalidade, foram 41 emendas coletivas e 486 individuais. Importa salientar que o número de emendas apresentadas este ano supera em cerca de 15% o total de pleitos do ano anterior, o que demonstra a crescente importância conferida pelos congressistas às ações governamentais dos Ministérios da Justiça e da Defesa.

A Tabela seguinte apresenta os dados das emendas apresentadas, por Órgão, tipo e modalidade:

**TABELA 8 – EMENDAS APRESENTADAS POR ÓRGÃO, TIPO E MODALIDADE**

ÓRGÃO	TIPO DE EMENDA	MODALIDADE DE EMENDA	Nº DE EMENDAS	VALOR SOLICITADO (R\$ 1,00)
30000 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	APROPRIAÇÃO	BANCADA ESTADUAL	9	554.000.000
		COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	6	238.600.000
		COMISSÃO SENADO FEDERAL	1	87.000.000
		DEPUTADO FEDERAL	87	51.655.000
		SENADOR	17	6.040.000
		Soma	120	937.295.000
	REMANEJAMENTO	BANCADA ESTADUAL	1	70.000.000
		Soma	1	70.000.000
	Total		121	1.007.295.000
52000 - MINISTÉRIO DA DEFESA	APROPRIAÇÃO	BANCADA ESTADUAL	15	1.194.522.010
		COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	4	1.973.140.000
		COMISSÃO SENADO FEDERAL	3	4.902.400.000
		DEPUTADO FEDERAL	276	270.418.800
		SENADOR	106	117.520.000
		Soma	404	8.458.000.810
	REMANEJAMENTO	COMISSÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS	1	67.000.000
		COMISSÃO SENADO FEDERAL	1	50.000.000
		Soma	2	117.000.000
Total		406	8.575.000.810	
TOTAL GERAL		527	9.582.295.810	

Fonte: Siga Brasil

No que tange à distribuição das emendas por Programa e Unidade Orçamentária, verifica-se que as maiores freqüências de emendamento foram:



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

TABELA 9 – EMENDAS APRESENTADAS POR PROGRAMA E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	Nº de Emendas
<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>		
1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP	30911 - FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	34
1083 - REFORMA DO JUDICIÁRIO	30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	23
1453 - NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA - PRONASCI	30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	14
0150 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS	30202 - FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI	11
1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL	30909 - FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	11
1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	30107 - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	11
<b>MINISTÉRIO DA DEFESA</b>		
0643 - CALHA NORTE	52101 - MINISTÉRIO DA DEFESA	215
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	52111 - COMANDO DA AERONÁUTICA	36
0628 - REAPARELHAMENTO E ADEQUAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO	52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	34
0637 - SERVIÇO DE SAÚDE DAS FORÇAS ARMADAS	52121 - COMANDO DO EXÉRCITO	19
0472 - PROANTAR	52133 - SECRETARIA DA COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR	18
0750 - APOIO ADMINISTRATIVO	52131 - COMANDO DA MARINHA	11

Fonte: Siga Brasil

Como sucedeu nos anos anteriores, existe grande prevalência de emendamento no Programa *Calha Norte* do Ministério da Defesa, que recebeu cerca de 40,8% do total das emendas da Área Temática, num total de 215 pleitos. Do total das emendas dirigidas ao *Calha Norte*, 7 são emendas de bancadas estaduais e 208 individuais. No âmbito do Ministério da Justiça, o Programa *Sistema Único de Segurança Pública - SUSP*, no Fundo Nacional de Segurança Pública, recebeu 34 emendas, ao passo que o Programa *Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI* foi contemplado com somente 14 emendas.

Considerando apenas as emendas coletivas, os Programas mais emendados foram *Calha Norte*, com 7 emendas, *Sistema Único de Segurança Pública - SUSP*, com 6 emendas, e *Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária*, com 5 emendas.

Durante a tramitação do PLOA, recebemos mais uma emenda individual, que havia sido inicialmente classificada em outra Área Temática. No total, por conseguinte, analisamos um total de 487 emendas individuais e 41 coletivas.

Registre-se que esta Relatoria não apresentou emenda de Relator.

## 1.4 ANÁLISE DAS EMENDAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS

### 1.4.1 Considerações Preliminares

Cientes da relevância das políticas públicas desenvolvidas pelos Ministérios da Justiça e da Defesa, empreendemos esforços para aperfeiçoar a programação orçamentária desses Órgãos, a partir das proposições apresentadas pelo conjunto de senadores e deputados federais.



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Convém salientar que procuramos conferir um tratamento justo e igualitário aos Órgãos componentes da Área Temática, considerando que tanto o Ministério da Justiça como o Ministério da Defesa desempenham atribuições fundamentais para o desenvolvimento nacional.

#### 1.4.2 Emendas Individuais

As emendas individuais apresentadas foram integralmente aprovadas, atendidas por meio de repasses efetuados pela Relatoria-Geral, considerado o limite fixado pelo item 9 da Parte Especial do Parecer Preliminar.

Não tivemos casos de emendas individuais com proposta pela inadmissão. Algumas emendas exigiram adequações de modo a se tornarem admissíveis. Na quase totalidade dessas situações, os próprios autores das emendas, ao serem instados a tal, solicitaram os ajustes devidos, saneando as impropriedades constatadas.

Para fins de adequação à classificação orçamentária, foram procedidos ajustes em algumas emendas, de forma a torná-las compatíveis com a estrutura constante do Plano Plurianual – PPA 2008-2011 e da Proposta Orçamentária para 2011, assim como sanar eventuais conflitos com a legislação que rege o processo legislativo congressional.

As programações apresentadas como atípicas, por exemplo, foram enquadradas nas classificações apropriadas, assim como outras receberam denominação mais adequada. Uma parcela importante das alterações foi efetuada em atendimento a solicitações formais apresentadas pelos autores. Em todos os casos possíveis, buscou-se manter os objetivos pretendidos pelos parlamentares em suas proposições.

O exíguo espaço de tempo estabelecido para a elaboração deste Relatório não permitiu que as adequações e alterações processadas por esta Relatoria fossem comunicadas antecipadamente aos autores. **Por isso, recomenda-se que os interessados analisem com atenção o atendimento de suas emendas.** Havendo discordância quanto aos ajustes técnicos realizados, os autores das emendas devem, mediante destaque ou mesmo por solicitação endereçada via sistema ao Presidente da CMO, solicitar que sejam procedidas as devidas alterações.

#### 1.4.3 Emendas Coletivas

Os Itens 30.1 e 30.2 da Parte Especial do Parecer Preliminar permitem que as Relatorias Setoriais cancelem despesas constantes do Projeto de Lei destinadas a Investimentos (GND 4) e a Inversões Financeiras (GND 5), até o limite de 30% do total programado.

Esta Relatoria não realizou cancelamentos lineares, ciente do prejuízo que iria advir dessa medida para a gestão dos órgãos envolvidos. Limitamos os cortes a poucos casos que permitiam a localização dos gastos, no âmbito do mesmo programa e unidade orçamentária, com o objetivo de aumentar o atendimento de emendas de bancada estadual e de comissões permanentes. Assim, não há prejuízo para as dotações globais de cada programa envolvido e se prestigia a iniciativa das bancadas estaduais que buscam carrear recursos para sua unidade da Federação.

Não obstante isso fosse possível considerando o critério acima descrito, não implementamos cancelamentos em ações relacionadas ao reaparelhamento das instituições de Segurança Pública. Assim agimos por entender que essa área de governo deve ser protegida de qualquer medida que implique redução, mesmo que pontual, em



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

suas dotações. Com isso, levando-se em conta que atendemos emendas de bancada que direcionam recursos para o Programa *Sistema Único de Segurança Pública – SUSP*, houve um aporte líquido de recursos para esse Programa, como resultado da ação desta Relatoria Setorial.

#### **Emendas de Apropriação**

De forma análoga ao ocorrido com as emendas individuais, houve a necessidade de promover enquadramentos e ajustes nos parâmetros apresentados. Algumas alterações foram feitas por solicitação dos colegiados autores das emendas e respectivas Bancadas, de forma a evitar a inadmissibilidade das emendas, por força das disposições da Resolução nº 1, de 2006-CN.

No atendimento das emendas coletivas, esta Relatoria utilizou os recursos que lhe foram disponibilizados, em conformidade com a regra estabelecida no art. 57 da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinada com o disposto no Item 26.2 do Parecer Preliminar da CMO, no montante de R\$ 119.145.888,00. Sempre que possível, dentro do critério já exposto anteriormente, o atendimento das emendas coletivas foi incrementado com recursos provenientes dos cancelamentos seletivos, em dotações de programações genéricas (subtítulo nacional ou regional).

Ao analisar as emendas coletivas de apropriação, foi considerado o mérito inerente a cada proposta, bem como as orientações contidas no Parecer Preliminar. Buscamos garantir a todas as emendas um tratamento equânime, considerando, também, o nível de execução orçamentária histórica verificada nos últimos exercícios das ações associadas às emendas de apropriação.

É preciso salientar que o volume de recursos recebido por esta Relatoria setorial seria suficiente para garantir uma média de atendimento de apenas R\$ 3,1 milhões por emenda coletiva apresentada. Trabalhamos com afinco para assegurar uma majoração, mesmo que reduzida, desse montante, para praticamente todas as emendas direcionadas à Área Temática. Certamente, não pudemos carrear o volume de recursos que o mérito das ações emendadas mereceria, porém devemos lembrar a possibilidade de as emendas receberem novo aporte de recursos na fase da Relatoria Geral.

#### **Emendas de Remanejamento**

A Área Temática acolheu 3 emendas coletivas de remanejamento, sendo 1 da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, 1 da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e 1 da Bancada do Espírito Santo.

A Emenda de Bancada apresentou vício no exame de admissibilidade, ao propor acréscimo em dotação do Estado e cancelamento em dotação Nacional, o que infringe o disposto no art. 48 da Resolução nº 1, de 2006 - CN. Como a Bancada não se manifestou até o fechamento deste Relatório quanto ao possível saneamento do vício, encaminhamos proposta por sua inadmissão.

As outras Emendas de Remanejamento foram apresentadas a partir de demandas indicadas pelos Comandos da Aeronáutica e da Marinha. Para evitar eventuais transtornos às atividades dos Órgãos envolvidos, consultamos os Comandos quanto ao melhor encaminhamento da questão e, a partir daí, decidimos atender integralmente esses pleitos, consubstanciados nas Emendas nºs 50110005 e 60020004.



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

### 1.5 OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES

Tendo em vista o disposto no art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006-CN e a recomendação contida no Item 35.2 do Parecer Preliminar da Comissão Mista de Orçamentos, relacionam-se abaixo as obras com indícios de irregularidades graves, informadas pelo Tribunal de Contas da União:

**TABELA 10 – PROGRAMAÇÕES COM INDÍCIOS DE GRAVES IRREGULARIDADES**  
**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO**

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	CONTRATO	IRREGULARIDADES APONTADAS
26.781.0631.1J95.0032 – CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	067-EG/2004/0023	RISCO DE DANO AO ERÁRIO NO ENCONTRO DE CONTAS RESULTANTE DA RESCISÃO DE CONTRATO
26.781.0631.1F52.0052 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA	012-EG/2005/0011	RISCO DE DANO AO ERÁRIO NO ENCONTRO DE CONTAS RESULTANTE DA RESCISÃO DE CONTRATO
26.781.0631.1J99.0035 – ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) – NO ESTADO DE SÃO PAULO	066-EG/2004/0057	RISCO DE DANO AO ERÁRIO NO ENCONTRO DE CONTAS RESULTANTE DA RESCISÃO DE CONTRATO

Cumpra-se informar que as programações indicadas pelo TCU contendo contratos com indícios de irregularidades graves constam da programação constante da Proposta Orçamentária para 2011 encaminhada pelo Executivo.

Esta Relatoria posiciona-se pela manutenção dos referidos empreendimentos no Orçamento da INFRAERO, nos termos do disposto no art. 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011. O procedimento sugerido se justifica, haja vista que, pelas informações transmitidas pelo TCU, houve rescisão contratual, estando pendente o encontro de contas. Trata-se de obras, ademais, de indiscutível mérito e com percentuais significativos de execução física até o momento, o que demonstra a necessidade de rápido saneamento das pendências para possibilitar sua conclusão.

Não foram apresentadas quaisquer emendas para essas programações com indícios de irregularidades graves.

No Voto de nosso Relatório, indicamos essas Programações para votação em separado, nos termos do art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006 – CN.

### 1.6 CRÉDITOS ESPECIAIS E EXTRAORDINÁRIOS ABERTOS NOS ÚLTIMOS MESES DE 2010

Em função do disposto no art. 167, §2º da Constituição Federal, que possibilita a reabertura de créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício, nos limites de seus saldos, o item 35.1.3 da Parte B do Parecer Preliminar estabelece que as relatorias setoriais devem analisar os possíveis efeitos desses créditos na programação da Área Temática.

Encontram-se em tramitação no Congresso Nacional os seguintes créditos especiais que atendem ao critério do art. 167, §2º, da Constituição, envolvendo os Ministérios da Justiça e Defesa:



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

TABELA 11 – PROJETOS DE CRÉDITOS ESPECIAIS EM TRAMITAÇÃO

PLN nº	Unidade Orçamentária Beneficiada	Finalidade do Crédito	Valor (R\$ milhões)
17	30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	Modernização da Polícia Federal	4,6
58	30101 – Ministério da Justiça	Programa Nacional de Segurança Pública - PRONASCI	88,0
	30109 – Defensoria Pública da União	Assistência Jurídica Integral e Gratuita	0,8
	30911 – Fundo Nacional de Segurança Pública	Sistema Único de Segurança Pública - SUSP	5,0
77	30109 – Defensoria Pública da União	Assistência Jurídica Integral e Gratuita	1,0
	30909 – Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal - FUNAPOL	Prevenção e Repressão da Criminalidade	207,9
28	52212 – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	31,3
41	52111 – Comando da Aeronáutica	Serviço de Saúde das Forças Armadas	0,1
	52121 – Comando do Exército	Serviço de Saúde das Forças Armadas	9,7
	52131 – Comando da Marinha	Serviço de Saúde das Forças Armadas	0,3
68	52212 – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO	Desenvolvimento da Infra-Estrutura Aeroportuária	7,5

A análise empreendida por esta Relatoria aponta no sentido de que os referidos créditos não terão efeitos significativos, caso venham a ser reabertos em 2011. Esclareça-se ainda que não foi aberto pelo Poder Executivo nenhum crédito extraordinário nos últimos quatro meses de 2010<sup>3</sup>.

### 1.7 ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

Em atendimento ao disposto no item 35.4 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO, apresentamos as considerações acerca do Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

No âmbito da Área Temática VII – Justiça e Defesa, o Orçamento de Investimento é constituído pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO e pela Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPON, ambas supervisionadas pelo Ministério da Defesa.

A seguinte Tabela demonstra a proposta orçamentária enviada pelo Poder Executivo para as Unidades Orçamentárias que compõem o Orçamento de Investimento:

<sup>3</sup> Informação atualizada de 23/11/2010.





# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**Tabela 12 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS**

**UNID. ORÇAM. 52212 – EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA – INFRAERO**

Em R\$ 1,00

PROGRAMA	PL
0623 - SEGURANÇA DE VÔO E CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO BRASILEIRO	126.489.409
0631 - DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA	1.980.006.349
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	101.877.242
<b>Soma:</b>	<b>2.208.373.000</b>

**52231 - EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON**

PROGRAMA	PL
0807 - INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	570.000
<b>Soma:</b>	<b>570.000</b>

Fonte: PL nº 59, de 2010 - CN

Importa destacar que, ao contrário do Projeto de Lei para 2010, a Proposta para 2011 não contempla dotação no Orçamento Fiscal para aumento de participação acionária da União no capital da Infraero<sup>4</sup>. Ou seja, neste ano não se previu, na Proposta Orçamentária, transferência de recursos do Orçamento Fiscal para o Orçamento de Investimento.

Não foram apresentadas emendas, nem diretamente ao Orçamento de Investimento nem ao Orçamento Fiscal, para aumento de capital das Empresas da Área Temática. Diante disso, este ano não houve a necessidade de elaborar emenda de relator de adequação técnica, nos termos do item 6 da Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO.

### 1.8 INDICAÇÕES AO RELATOR-GERAL

A limitação de recursos manejados pela Relatoria, bem como as restrições regimentais que disciplinam a propositura de emendas de relator setorial, impediram que alguns pleitos meritórios fossem atendidos, mormente das Forças Armadas. Diante do inegável mérito dessas solicitações, optamos por submeter ao Relator-Geral as indicações discriminadas na continuação deste tópico.

Vale ressaltar que os itens 17.1.12 e 17.1.19 do Parecer Preliminar já permitem a apresentação de emenda de Relator-Geral para:

a) manutenção das atividades mínimas que garantam o cumprimento da missão constitucional e das atividades da Marinha do Brasil, até o valor global de R\$ 270.000.000 (duzentos e setenta milhões); e

b) reforço de dotações, no âmbito do Comando do Exército, a fim de possibilitar a incorporação normal de 70.000 recrutas, tendo em vista atender ao cumprimento da missão constitucional, o apoio a ações subsidiárias em prol da sociedade e uma maior capacitação dos jovens.

A fim de assegurar, tanto quanto possível, o tratamento equânime tradicionalmente reservado às três Forças Armadas, ressaltamos a necessidade de a Relatoria Geral envidar todos os esforços para atender prioritariamente, na medida do possível, as demandas da Força Aérea. Isso porque o Parecer Preliminar da CMO não

<sup>4</sup> No Projeto para 2010, havia R\$ 280,0 milhões para essa finalidade.



## CONGRESSO NACIONAL

### COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

contempla autorização para apresentação de emenda de Relator-Geral que beneficie o Comando da Aeronáutica, ao contrário das demais Forças.

#### - Comando da Aeronáutica

Em face da restrição regimental existente para apresentação de emendas de relator para a Força Aérea, enfatizamos a necessidade de a Comissão Mista de Orçamentos deliberar, nas próximas etapas do processo orçamentário, pela suplementação de recursos para as seguintes Emendas de Comissão, que contemplam programações da Aeronáutica:

i) Nº 50200002 – para a Programação *Modernização e Revitalização de Aeronaves – Nacional*, Unidade Orçamentária 52111 – Comando da Aeronáutica, valor solicitado de R\$ 890.000.000,00.

ii) Nº 50150001 – para a Programação *Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Tecnológico Aeroespacial – Nacional*, Unidade Orçamentária 52911 – Fundo Aeronáutico, valor solicitado de R\$ 10.000.000,00.

Particularmente, o acréscimo do atendimento da Emenda nº 50200002 afigura-se essencial ao cumprimento satisfatório das atribuições institucionais da Força Aérea. A existência de dotação suficiente na Programação *Modernização e Revitalização de Aeronaves* permite a manutenção e a adequação tecnológica e operacional das aeronaves da Força Aérea Brasileira, mediante a recuperação de sua capacidade original e a instalação de equipamentos atualizados e tecnologicamente compatíveis com o padrão atualmente aceito. Trata-se de Emenda de inegável mérito e que está a merecer reforço de dotação, daí porque indicamos enfaticamente sua suplementação à Relatoria Geral.

#### - Comando do Exército

→ De acordo com o Ofício nº 64 – AOFin/SEF, recebido da Secretaria de Economia e Finanças do Comando do Exército, existe uma insuficiência de recursos consignados no PLOA 2011 para as ações referentes a incorporação de recrutas. Os recursos previstos atualmente possibilitam a incorporação de apenas 44.000 jovens, bem distante do efetivo mínimo de 70.000 recrutas, necessários ao cumprimento normal da missão constitucional do Exército. Conforme visto, existe autorização específica no Parecer Preliminar para a Relatoria Geral apresentar emenda para essa destinação.

Diante disso, indicamos a suplementação dos seguintes valores nas programações arroladas abaixo, que possibilitará a incorporação dos 70.000 recrutas:



# CONGRESSO NACIONAL

## COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**TABELA 13 - SUPLEMENTAÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO – INCORPORAÇÃO DE RECRUTAS**

Sequencial	Funcional	Ação	GND	PL
006727	05.153.0620.2896.0001	TRANSPORTE LOGÍSTICO DE SUPERFÍCIE	3	962.000
006728	05.153.0620.2900.0001	SELEÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR E APRESENTAÇÃO DA RESERVA EM DISPONIBILIDADE	3	3.918.943
			4	742.857
006729	05.153.0620.2904.0001	CAPACITAÇÃO OPERACIONAL DA FORÇA TERRESTRE	3	6.240.000
			4	702.000
006733	05.153.0620.8966.0001	LOGÍSTICA DE ALIMENTAÇÃO, VETERINÁRIA E AGRÍCOLA	3	45.708.000
006734	05.153.0620.8967.0001	LOGÍSTICA DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA E SAÚDE	3	52.988.000
			4	83.200.000
006735	05.153.0620.8968.0001	LOGÍSTICA DE MATERIAL E EQUIPAMENTO MILITAR	3	52.338.000
			4	22.100.000
006746	05.153.0628.5375.0001	MODERNIZAÇÃO OPERACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO	4	55.484.000
006747	05.302.0637.2059.0001	ATENDIMENTO MÉDICO-HOSPITALAR/FATOR DE CUSTO	3	5.970.380
006763	05.122.0750.2000.0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3	95.313.400
006766	05.331.0750.2011.0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	3	27.664.000
006775	05.303.1293.2522.0001	PRODUÇÃO DE FÁRMACOS, MEDICAMENTOS E FITOTERÁPICOS	3	426.660
			4	128.700
TOTAL				453.886.940

A suplementação está alinhada com as orientações da Estratégia Nacional de Defesa, no que concerne ao Serviço Militar Obrigatório, permitindo ademais: a formação de reservas mobilizáveis, em níveis compatíveis, o preenchimento dos cargos de soldado e a manutenção da segurança de itens sensíveis nas Organizações Militares.

Outro aspecto importante relacionado a essa demanda refere-se ao alcance social das ações desenvolvidas pelos recrutas. O aumento da incorporação de cidadãos ao serviço militar favorece a redução do desemprego no País e uma formação mais qualificada dessas pessoas. O Ofício encaminhado enaltece, ainda, que a não incorporação dos 70.000 homens trará prejuízos ao patrulhamento das fronteiras e reduzirá a tropa em condições de ser empregada em operações de Garantia da Lei e da Ordem e de Defesa Externa.

→ Além disso, verificamos a pertinência de encaminhar à Relatoria Geral indicação específica com vistas ao reforço do atendimento da Emenda nº 60020001, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. A Emenda destina recursos para a Ação 5375 – *Modernização Operacional das Organizações Militares do Exército* e, não obstante todos os esforços empreendidos por esta Relatoria, em face da exiguidade dos recursos a nós repassados, não recebeu um aporte substancial de dotação, que faz por merecer.

### - Comando da Marinha

O Comando da Marinha obteve a autorização prevista no item 17.1.12 da Parte Especial do Parecer Preliminar, possibilitando a suplementação de dotações no valor de até R\$ 270,0 milhões, por intermédio de Emenda de Relator-Geral.



## **CONGRESSO NACIONAL**

### **COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

Em conversas mantidas com representantes da Força Naval, verificamos que as principais demandas da Marinha do Brasil situam-se nas seguintes programações, com respectivos montantes de reforço necessários para o exercício de 2011:

- 1421 - Construção do Protótipo de Reator Nuclear - R\$ 40 milhões, na Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Seqüencial 6812;
- 1942 - Modernização e Revitalização de Meios Aeronavais - R\$ 35 milhões, na Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Seqüencial 6803;
- 2000 – Administração da Unidade - R\$ 200 milhões, na Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Seqüencial 6816;
- 2857 – Manutenção e Suprimento de Munições - R\$ 15 milhões, na Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Seqüencial 6784;
- 2A64 - Manutenção de Meios Operativos - R\$ 210 milhões, na Unidade Orçamentária 52131 – Comando da Marinha, Seqüencial 6792.

A única dessas programações contemplada com Emenda Coletiva foi o Projeto 1421 – *Construção do Protótipo de Reator Nuclear*, objeto da Emenda nº 50180002.

## **2 VOTO**

Diante das considerações apresentadas, esta Relatoria posiciona-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 59, de 2010 – CN, na parte referente aos Órgãos afetos à Área Temática VII – Justiça e Defesa, com as alterações oriundas das emendas aprovadas, conforme discriminado nos respectivos anexos.

Além disso, indicamos para votação em separado, nos termos do art. 70, II, da Resolução nº 1, de 2006 – CN, as seguintes programações relativas a obras com indícios de irregularidades graves, todas pertencentes ao Orçamento de Investimento da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – INFRAERO:

- 26.781.0631.1J95.0032 – CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE TORRE DE CONTROLE E DE SISTEMA DE PISTA DO AEROPORTO DE VITÓRIA - NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

- 26.781.0631.1F52.0052 – CONSTRUÇÃO DO TERMINAL DE PASSAGEIROS, DE SISTEMAS DE PISTAS E PÁTIOS, DE ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS E DE SISTEMA VIÁRIO NO AEROPORTO DE GOIÂNIA.

- 26.781.0631.1J99.0035 – ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE PISTAS E PÁTIOS DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS (SP) – NO ESTADO DE SÃO PAULO.

Opinamos favoravelmente à manutenção das respectivas dotações no Projeto de Lei nº 59, de 2010-CN, ficando a execução física, orçamentária e financeira dos respectivos contratos condicionada à adoção de medidas saneadoras, nos termos do disposto no art. 94 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

Sala das Comissões, de dezembro de 2010.

**Deputado WALDEMIR MOKA**  
Presidente

**Senador GILVAM BORGES**  
Relator Setorial